

A. I. N° - 232895.0036/09-9
AUTUADO - ALBERTO MATOS MENDONÇA
AUTUANTE - JOSÉ VITURINO DA SILVA CUNHA
ORIGEM - INFAZ BRUMADO
INTERNET - 19.11.2010

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0363-04/10

EMENTA: ICMS. 1. DME. OMISSÃO DE DADOS. MULTA. Infração não elidida. 2. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO A MENOS DO ICMS. Infração não defendida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 15/12/09, exige ICMS no valor de R\$790,00, acrescido da multa de 50%, além da aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$12.833,92, referente às seguintes irregularidades:

01. Omitiu entrada de mercadorias no estabelecimento nas informações Econômico-Fiscais apresentadas através de DME, tendo sido aplicada multa - R\$12.833,92.
02. Recolhimento a menos do ICMS na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA-Mai/05 a Jun/07) - R\$790,00.

O autuado, na defesa apresentada (fls. 18 a 23), em relação à infração 1, alega que “tal débito tributário não é real, pois a matéria fática é carecedora de respaldo, conforme se provará no transcorrer deste processo administrativo fiscal”.

Argumentou ainda que o “valor do imposto tido como devido, revela-se excessivo, proveniente, indubitavelmente, de atualização descompassada com o ordenamento jurídico pátrio”.

Salienta que o Código Civil e a Súmula 121 do STF “vedam a prática do anatocismo, capitalização de juros. Ademais, incidiu em erro a atualização, objurgada, com a produção do índice de correção descompassado”.

Por fim, requer a improcedência da autuação, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas, em especial a documental, a ser posteriormente juntada.

O autuante na sua informação fiscal (fl. 71) ressalta não ter sido contestada a infração 2.

Relativamente à infração 1, afirma que o lançamento foi feito com base em regras estabelecidas na legislação tributária, vinculadas à Lei nº 7.014/96 objetivando defender o interesse do Estado, não descumprindo em nenhum momento os princípios da legalidade, moralidade e finalidade.

Afirma que o autuado não apresentou nada de concreto que pudesse fundamentar sua defesa, tendo em vista que o lançamento tem como base a circularização de fornecedores o que não constitui nenhuma violência ou ameaça ao contribuinte correto. Requer a procedência da autuação.

VOTO

O Auto de Infração acusa a falta recolhimento do ICMS na condição de Microempresa e aplica multas por descumprimento de obrigação acessória.

Com relação à infração 1, na sua impugnação o autuado alegou falta de fundamentação além de entender que a cobrança é excessiva.

Pela análise dos elementos contidos no processo, faço as seguintes constatações:

1. Em 10/10/09 o contribuinte foi intimado para apresentar os livros

2. Com base nos documentos fiscais apresentados, o autuante elaborou o demonstrativo acostado às fls. 9/11, no qual relacionou as notas fiscais emitidas por um único fornecedor (Grupo Edson Queiroz) contra o estabelecimento autuado, cujas cópias foram acostadas às fls. 13/50 e que não foram escrituradas no livro Registro de Entrada (fls. 51/55), apesar de não ser obrigatório para a empresa, nem informadas na DME (fls. 56/58).

Assim sendo, não pode ser acatada a alegação de falta de fundamentação da autuação tendo em vista que os elementos contidos no processo demonstram que o autuado deixou de escriturar as notas fiscais objeto da autuação, conseqüentemente omitiu a entrada das mercadorias no estabelecimento na DME entregue a Secretaria da Fazenda, o que caracteriza a infração apontada nos termos dos artigos 355 e 408-C, IV do RICMS/BA.

Portanto, fica sujeito à penalidade aplicada de 5% sobre o valor das operações não informadas na DME conforme disposto no art. 42, XII-A da Lei nº 7.014/96, estando correto o procedimento fiscal.

Quanto à alegação de que o valor exigido é excessivo, observo que o percentual da multa aplicada, bem como a sua atualização é previsto na Lei Estadual, portanto é legal. Por isso, deve ser mantida a multa aplicada na sua totalidade. Infração não elidida.

No tocante à infração 2, o impugnante não a contestou na defesa apresentada. Constatado que no demonstrativo à fl. 12 o autuante indicou os meses em que houve falta de recolhimento do imposto devido pela Microempresa inscrita no SIMBAHIA (mai, jun, jul e ago/05 e abr, maio e jun/07) de acordo com a relação de DAEs juntada às fls. 59/62.

Como o autuado não contestou a acusação e não comprovou o recolhimento do imposto ora exigido, deve ser admitida como verídica a acusação fiscal e mantida a exigência fiscal. Infração não defendida.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **232895.0036/09-9**, lavrado contra **ALBERTO MATOS MENDONÇA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$790,00**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b” 3, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais, além de multa por descumprimento de obrigação acessória totalizando **R\$12.833,92**, prevista no art. 42, XII-A da citada Lei e dos acréscimos moratórios na forma prevista pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de novembro de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

FERNANDO A. BRITO DE ARAÚJO – JULGADOR

PAULO DANILO REIS LOPES – JULGADOR